



JUCESP PROTOCOLO
2.335.566/16-7



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 9ª (NONA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

ENTRE

VOTORANTIM CIMENTOS S.A.,
COMO EMISSORA

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
COMO AGENTE FIDUCIÁRIO

DATADA DE
22 DE DEZEMBRO DE 2016

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 9ª (NONA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

As partes abaixo qualificadas:

VOTORANTIM CIMENTOS S.A., sociedade por ações sem registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho 1996, 12º andar, conjunto 122, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 01.637.895/0001-32, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35300370554, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora"); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 8, ala B, salas 302, 303 e 304, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário", e, em conjunto com a Emissora, as "Partes"), nomeada neste instrumento para representar a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures (conforme definido abaixo) ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

celebram o presente "Instrumento Particular de Escritura da 9ª (Nona) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Votorantim Cimentos S.A." ("Escritura de Emissão"), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A emissão das Debêntures (conforme definido abaixo), nos termos da Lei das Sociedades por Ações ("Emissão"), a oferta pública de distribuição com esforços restritos das Debêntures, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), e a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo), serão realizadas com base nas deliberações da assembleia geral extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 21 de dezembro de 2016 ("AGE").

2. DOS REQUISITOS

2.1 A Emissão, a Oferta e a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição serão realizadas com observância dos requisitos abaixo.

2.1.1 Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1.1 Nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações, a ata da AGE será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial Da União ("DOU") e no jornal "O Dia".

2.1.1.2 Os atos societários relacionados à Emissão ou às Debêntures que eventualmente venham a ser praticados após o registro desta Escritura de Emissão serão igualmente arquivados na JUCESP e publicados no DOU e no jornal "O Dia", conforme legislação em vigor.

2.1.2 Inscrição desta Escritura de Emissão

2.1.2.1 Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. O protocolo da Escritura de Emissão na JUCESP ocorrerá no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de assinatura desta Escritura de Emissão, sendo que a Emissora entregará uma via original registrada desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos, conforme o caso, ao Agente Fiduciário no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis (conforme definido abaixo) contados da data da respectiva inscrição ou averbação, conforme o caso.

2.1.3 Dispensa de Registro na CVM

2.1.3.1 A Oferta está automaticamente dispensada do registro de distribuição na CVM de que trata o artigo 19 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos a ser realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições aplicáveis.

2.1.4 Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.4.1 Nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I, e parágrafo 2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", vigente desde 1º de agosto de 2016, a Oferta será registrada perante a ANBIMA apenas para os fins de envio de informações à sua base de dados, desde que expedidas as

diretrizes específicas pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Mercado de Capitais da ANBIMA nesse sentido até o encerramento da Oferta perante a CVM.

2.1.5 Depósito para Distribuição

2.1.5.1 As Debêntures serão depositadas para distribuição no mercado primário, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("**MDA**"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("**CETIP**"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP.

2.1.5.2 Para realizar a distribuição das Debêntures, o Coordenador Líder (conforme definido abaixo) poderá acessar no máximo 75 (setenta e cinco) investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 9º-A da Instrução da CVM 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("**Investidores Profissionais**" e "**Instrução CVM 539**", respectivamente).

2.1.6 Depósito para Negociação e Custódia Eletrônica

2.1.6.1 Observado o disposto na Cláusula 4.3.1 abaixo, as Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário, por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("**CETIP21**"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA OFERTA

3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem por objeto: (i) a pesquisa, a lavra, a exploração e o aproveitamento em geral de jazidas minerais; (ii) a produção, o transporte rodoviário, a distribuição, a importação, a exportação e o comércio em geral de cimento, cal, argamassa, gesso e das respectivas matérias-primas e produtos derivados, afins ou correlatos, fertilizantes e corretivos de solo, artefatos de cimento e seus derivados, afins e correlatos; (iii) a geração de energia elétrica para o emprego em instalações industriais próprias e comercialização de excedentes; (iv) o co-processamento para geração de energia; (v) os serviços de concretagem e outras atividades concernentes ao seu ramo de negócio; (vi) a prestação de serviços relativos à construção, supervisão, estudos, exploração do ramo de projetos e execução de quaisquer obras de engenharia civil, em todas suas modalidades técnicas e econômicas, por conta própria ou através de terceiros, por empreitada ou por administração; (vii) o arrendamento, comodato e locação de bens imóveis; (viii) a administração e exploração de projetos florestais; (ix) a importação e exportação de materiais, máquinas e equipamentos para construção; (x) a prestação de assistência técnica para empresas que explorem o

mesmo ramo de negócio; (xi) a prestação de serviços especializados e intermediação de negócios relacionados com seu objeto social; (xii) a prestação de serviços de gestão de negócios, análises de viabilidade econômica de investimentos e de projetos de exploração na área de cimento, cal, materiais de construção em geral e em outras correlatas; e (xiii) a participação em organização e/ou administração de sociedades de qualquer natureza, consórcio, parcerias e associações no Brasil ou no exterior.

3.2 Número da Emissão

3.2.1 Esta é a 9ª (nona) emissão pública de debêntures da Emissora.

3.3 Número de Séries e Quantidade de Debêntures

3.3.1 A Emissão será realizada em série única.

3.3.2 Serão emitidas 500.000.000 (quinhentas milhões) de debêntures ("Debêntures").

3.4 Montante da Emissão

3.4.1 O montante total da Emissão será de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

3.5 Banco Liquidante e Escriturador

3.5.1. O banco liquidante da Emissão é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no Núcleo Cidade de Deus, s/n.º, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante na prestação dos serviços de instituição liquidante relativos às Debêntures).

3.5.2. O escriturador das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no Núcleo Cidade de Deus, s/n.º, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Escriturador", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

3.6 Destinação dos Recursos

3.6.1 Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão utilizados no curso normal dos negócios da Emissora, para reforço de caixa e refinanciamento do endividamento da Emissora.

3.7 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.7.1 As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, nos termos do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 9ª (Nona) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Votorantim Cimentos S.A." ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, tendo como público alvo Investidores Profissionais.

3.7.2 O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição").

3.7.3 A Emissão não poderá ser aumentada em nenhuma hipótese.

3.7.4 A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP e com o Plano de Distribuição previsto nesta Escritura, no Contrato de Distribuição e na legislação e regulamentação aplicáveis.

3.7.5 No ato da subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional, conforme o caso, assinará declaração atestando, dentre outros, estar ciente de que (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; (ii) a Emissão será registrada perante a ANBIMA apenas para os fins de envio de informações à sua base de dados, desde que sejam expedidas as diretrizes específicas pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Mercado de Capitais da ANBIMA nesse sentido até o encerramento da Oferta perante a CVM; (iii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476, nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e na regulamentação aplicável; e (iv) concorda com todos os termos e condições da Emissão e da Oferta.

3.7.6 Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado, ainda, contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1 *Valor Nominal Unitário*

4.1.1.1 Na Data de Emissão, o valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1,00 (um real) ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2 *Data de Emissão*

4.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 10 de janeiro de 2017 ("Data de Emissão").

4.1.3 *Data de Vencimento*

4.1.3.1 Exceto nos casos de aquisição facultativa com o cancelamento da totalidade das Debêntures, de oferta de resgate antecipado total das Debêntures, de resgate antecipado total das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de janeiro de 2022 ("Data de Vencimento"). Na ocasião do vencimento das Debêntures ou na data de qualquer dos eventos descritos acima, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo saldo devedor de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo) devidos e não pagos, calculados na forma prevista nesta Escritura de Emissão.

4.1.4 *Forma*

4.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados.

4.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.5.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato das Debêntures emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade de Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP extrato em nome do Debenturista, expedido pela CETIP, caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.1.6 *Espécie*

4.1.6.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sem garantia real ou fidejussória e sem preferência.

4.1.7 *Convertibilidade*

4.1.7.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.2 **Subscrição**

4.2.1 *Prazo de Subscrição*

4.2.1.1 Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto nos artigos 7-A e 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476 e na Cláusula 4.2.2.1 abaixo.

4.2.2 *Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização*

4.2.2.1 As Debêntures serão subscritas por meio do MDA, por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, em uma mesma data, e serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição e Integralização"), podendo ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures, sendo certo que o Preço de Subscrição e Integralização, na Data da Integralização, será o mesmo para todos os seus subscritores.

4.3 **Negociação**

4.3.1 As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21. As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários, entre investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 9º-B da Instrução CVM 539, depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data da respectiva subscrição ou aquisição, nos termos do artigo 13 e 15 da Instrução CVM 476, e observado o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, exceto se a Emissora obtiver o registro de que trata o artigo 21 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários.

4.4 Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário

4.4.1 Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário.

4.5 Remuneração

4.5.1 *Juros Remuneratórios das Debêntures*

4.5.1.1 Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 119,90% (cento e dezenove inteiros e noventa centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI") ("Juros Remuneratórios"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

4.5.1.1.2 Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de aquisição facultativa com o cancelamento da totalidade das Debêntures, de resgate antecipado total das Debêntures, de oferta de resgate antecipado total das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente a partir da Data de Emissão, nas datas indicadas abaixo, sendo o primeiro pagamento em 10 de julho de 2017:

Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios
10/07/2017
10/01/2018
10/07/2018
10/01/2019
10/07/2019
10/01/2020
10/07/2020
10/01/2021
10/07/2021
Data de Vencimento

4.5.1.1.3

Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte

fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J = valor unitário dos Juros Remuneratórios devido, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{S}{100} \right) \right]$$

onde:

k = número de ordem de TDI_k, variando de 1 (um) até n_{DI};

n_{DI} = número total de Taxas DI-Over, sendo "n_{DI}" um número inteiro;

S = 119,90;

TDI_k = fator da Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI-Over, divulgada pela CEFIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Observações:

- (i) o fator resultante da expressão $\left[1 + \left(TDI_t \times \frac{s}{100}\right)\right]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento;
- (ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(TDI_t \times \frac{s}{100}\right)\right]$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (iv) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável por seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.5.1.1.4 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.1.1.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, imediatamente, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial ("Período de Ausência da Taxa DI"), a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do Período de Ausência da Taxa DI, assembleia geral de Debenturistas, conforme procedimento previsto na Cláusula 8 abaixo, para os Debenturistas definirem, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da assembleia geral de Debenturistas, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.1.1.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua

divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

4.5.1.1.7 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias a contar a partir da data de realização da respectiva assembleia geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida dentre:

- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará a totalidade das Debêntures, (i) no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva assembleia geral de Debenturistas, ou (ii) na Data de Vencimento, dentre os dois, o que ocorrer primeiro, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI; ou
- (ii) a Emissora amortizará antecipadamente a totalidade das Debêntures, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios respeitará tal cronograma de amortização, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida por Debenturistas reunidos em assembleia geral de Debenturistas, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI.

4.6 Repactuação Programada

4.6.1 Não haverá repactuação programada das Debêntures.

4.7 Amortização

4.7.1 Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de aquisição facultativa com o cancelamento da totalidade das Debêntures, resgate antecipado total das Debêntures, de oferta de resgate antecipado total das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário (ou o saldo devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) será devido na Data de Vencimento.

4.8 Condições de Pagamento

4.8.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.8.1.1 Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, serão realizados pela Emissora (i) no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, aos Juros Remuneratórios, ao prêmio de resgate antecipado, conforme aplicável, e aos Encargos Moratórios, se for o caso, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da CETIP; ou, nos demais casos, (ii) por meio do Escriturador ou na sede da Emissora, conforme o caso.

4.8.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador, com cópia para a Emissora, até 10 (dez) Dias Úteis (conforme definido abaixo) antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8.1.2.1 O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.8.1.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender às condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar imediatamente esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e ao Escriturador, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, pelo Escriturador ou pela Emissora.

4.9

Publicidade

4.9.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões relativas a esta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOU e no jornal "O Dia", conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o(s) novo(s) veículo(s) e publicar a respectiva ata de assembleia que deliberar tal alteração nos jornais a serem substituídos.

5. AQUISIÇÃO FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, OFERTA FACULTATIVA DE RESGATE ANTECIPADO E VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Aquisição Facultativa

5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476 e demais disposições aplicáveis, adquirir Debêntures no mercado, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e as regras expedidas pela CVM, devendo tal(is) aquisição(ões) constar(em) do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures objeto deste procedimento, conforme seja o caso, poderão (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora, (ii) permanecer em tesouraria, ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 4.3.1 acima.

5.2 Resgate Antecipado Facultativo

5.2.1 As Debêntures poderão, a critério exclusivo da Emissora, a partir de 11 de janeiro de 2018, inclusive, ser facultativamente resgatadas, total ou parcialmente, por meio de envio de comunicação, por escrito, à totalidade dos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário, ou de publicação de aviso nos jornais usualmente utilizados pela Emissora para suas publicações legais, bem como mediante envio de comunicação escrita ao Agente Fiduciário, em ambos os casos com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data do resgate, e à CETIP, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data do resgate, informando (i) a data do resgate; (ii) a quantidade de Debêntures que serão resgatadas; e (iii) qualquer outra informação relevante aos Debenturistas. O valor de resgate será correspondente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo

pagamento. Ao valor de resgate será acrescido ainda prêmio, a ser calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Valor do prêmio} = \text{prêmio} * \text{SD}$$

onde:

prêmio = prêmio a ser calculado conforme quadro abaixo:

Data do Resgate Antecipado Facultativo	Prêmio
De 11 de janeiro de 2018 (inclusive) até 10 de janeiro de 2020 (inclusive)	0,7000%
De 11 de janeiro de 2020 (inclusive) até 10 de janeiro de 2021 (inclusive)	0,6000%
De 11 de janeiro de 2021 (inclusive) até a Data de Vencimento	0,5000%

SD = saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

5.2.2 Na hipótese de resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário e com divulgação do resultado, por meio de envio de comunicação da Emissora, por escrito, à totalidade dos Debenturistas, ou de publicação de aviso nos jornais usualmente utilizados pela Emissora para suas publicações legais, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

5.2.3 No caso de resgate antecipado das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, a operacionalização do resgate antecipado será realizada, conforme o caso, de acordo com os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas de habilitação dos Debenturistas, relacionadas a esse processo, tais como a qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

5.3 Amortização Antecipada Facultativa

5.3.1 O saldo devedor do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures poderá, a critério exclusivo da Emissora, a partir de 11 de janeiro de 2018, inclusive, ser amortizado antecipadamente, por meio de envio de comunicação, por escrito, à totalidade dos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário, ou de publicação de aviso nos jornais usualmente utilizados pela Emissora para suas publicações legais, bem como mediante envio de comunicação escrita ao Agente Fiduciário, em ambos os casos com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data da amortização, e à CETIP, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data de amortização,

$$\text{Valor do prêmio} = \text{prêmio} * \text{SD}$$

prêmio = prêmio a ser calculado conforme quadro abaixo:

Data da Amortização Antecipada Facultativa	Prêmio
De 11 de janeiro de 2018 (inclusive) até 10 de janeiro de 2020 (inclusive)	0,7000%
De 11 de janeiro de 2020 (inclusive) até 10 de janeiro de 2021 (inclusive)	0,6000%
De 11 de janeiro de 2021 (inclusive) até a Data de Vencimento	0,5000%

5.4 Oferta Facultativa de Resgate Antecipado

(i) a Emissora realizará a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.9 acima, ou de comunicação individual à totalidade dos Debenturistas, a critério da Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do resgate

RECEBEMOS
08/01/18

("Comunicação de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, incluindo (a) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será relativa à totalidade ou a parte das Debêntures; (b) caso seja parcial, a quantidade de Debêntures objeto da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado das Debêntures; (c) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado das Debêntures estará condicionada à aceitação desta por uma quantidade mínima de Debêntures; (d) o percentual do prêmio de resgate antecipado, caso exista, que não poderá ser negativo; (e) a forma de manifestação, à Emissora com cópia para o Agente Fiduciário, pelos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; (f) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado das Debêntures, que será a mesma para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado das Debêntures, e que deverá ocorrer no prazo de, no máximo, 10 (dez) dias contados da data da Comunicação de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; e (g) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado das Debêntures;

- (ii) após a Comunicação de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido à Emissora com cópia ao Agente Fiduciário até o encerramento do prazo a ser estabelecido na Comunicação de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado;
- (iii) a Emissora deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado das Debêntures confirmar ao Agente Fiduciário a realização ou não do resgate antecipado, conforme os critérios estabelecidos na Comunicação de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; e (b) com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado, comunicar ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP a respectiva data do resgate antecipado;
- (iv) o valor a ser pago aos Debenturistas em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido (a) dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente

anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo;

- (v) caso a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures ou caso a quantidade das Debêntures que tenham sido indicadas em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado seja maior do que a quantidade à qual a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado foi originalmente direcionada, o resgate antecipado será feito por meio de sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário. Os Debenturistas serão informados com a antecedência prevista na Comunicação de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado sobre o resultado do sorteio por meio de anúncio aos Debenturistas publicado pela Emissora, nos termos da Cláusula 4.9 acima, ou por meio de comunicação individual à totalidade dos Debenturistas com cópia para o Agente Fiduciário;
- (vi) o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado das Debêntures será realizado nos termos da Cláusula 4.8.1 acima; e
- (vii) com relação às Debêntures (a) que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado será efetuado em conformidade com os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da CETIP; e (b) que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, será efetuado em conformidade com os procedimentos operacionais do Escriturador.

5.5 Vencimento Antecipado

5.5.1 Hipóteses de vencimento antecipado

5.5.1.1 Observado o disposto nas Cláusulas 5.5.3 e 8.6 abaixo, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos em lei e/ou de qualquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"), serão declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e será exigido o pagamento, pela Emissora no prazo mencionado na Cláusula 5.5.4 abaixo: (i) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (ii) dos Encargos Moratórios, se for o caso:

- (i) (a) pedido de autofalência da Emissora; (b) pedido de falência da Emissora formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (c) decretação de falência da Emissora; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (ii) não pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures, nas datas de vencimento, não sanado no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da data do respectivo inadimplemento;
- (iii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária referente à emissão de Debêntures, e desde que tal descumprimento não seja sanado no prazo de 45 (quarenta e cinco) Dias Úteis a contar da data da ocorrência do referido descumprimento, exceto nos casos em que haja previsão de prazo de cura específico, conforme aplicável;
- (iv) declaração de vencimento antecipado, por descumprimento contratual, de qualquer dívida, incluindo-se as emissões de debêntures, da Emissora ou de qualquer de suas Controladas (conforme definido abaixo), em valor, individual ou agregado, igual ou superior ao equivalente em reais a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América) ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (v) inadimplemento, em sua respectiva data de vencimento ou após decorrido qualquer prazo de cura previsto, do pagamento de qualquer dívida da Emissora ou de qualquer de suas Controladas, em valor, individual ou agregado, igual ou superior ao equivalente em reais a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o não pagamento da dívida na data de seu respectivo vencimento (a) tiver a comprovada concordância do credor correspondente, ou (b) estiver amparado por decisão judicial vigente obtida pela Emissora;
- (vi) trânsito em julgado de uma ou mais sentenças judiciais, sentenças arbitrais definitivas ou emissão de um ou mais laudos arbitrais definitivos contra a Emissora ou de qualquer de suas Controladas que resulte(m) ou possa(m) resultar, em conjunto ou isoladamente, em obrigação de pagamento para a Emissora, de valor individual ou agregado igual ou superior ao equivalente em reais a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se essa obrigação, cujo valor seja líquido e certo e sobre cujo valor o pagamento não caiba qualquer recurso, ação judicial ou embargo que, em qualquer caso, suspenda

[illegible]

- TEXT_SP - 12566481v1 6701.27 21

Votorantim Cimentos
Divisão Jurídica

abaixo), relativos a quaisquer obrigações seguradas da Emissora e de suas Controladas: (1) em linhas de crédito/financiamento de curto prazo, realizadas no curso normal dos seus negócios; ou (2) em qualquer tipo de empréstimo ou captação para capital de giro;

- (b) garantias constituídas unicamente para o propósito de assegurar o pagamento, no todo ou em parte, do preço de compra de um ativo ou propriedade adquirida, construída ou melhorada após a data de assinatura desta Escritura de Emissão (ou o custo de construção ou melhoria e qualquer comissão ou despesa relacionada a tal transação, incluindo o capital social de qualquer entidade), desde que: (1) o montante agregado principal da dívida garantida por tais gravames não exceda o preço de compra do ativo ou da propriedade adquirida, construída ou melhorada; (2) tais garantias não onerem nenhum ativo ou propriedade que não o ativo ou propriedade então adquirido, construído ou melhorado; e, ainda, (3) sejam outras que não aquelas propriedades sem melhorias sobre a qual a propriedade então construída, ou a melhoria estejam localizadas, e sejam vinculadas a tal ativo ou propriedade no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a contar da aquisição, construção ou melhoria de tal ativo ou propriedade;
- (c) garantias sobre recebíveis e bens relacionados à exportação, importação ou outras transações comerciais com fornecedores ou clientes da Emissora, desde que o montante agregado de quaisquer recebíveis vendidos ou transferidos não exceda: (1) em relação às transações relativas às receitas provenientes de exportações, 80% (oitenta por cento) das vendas líquidas consolidadas da Emissora e de suas Controladas; ou (2) em relação às transações relativas às receitas provenientes de vendas domésticas, 80% (oitenta por cento) das vendas líquidas consolidadas dentro do país de operação da Emissora e de suas Controladas;
- (d) garantias concedidas para assegurar empréstimos junto ao (1) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ou qualquer outro banco de desenvolvimento público brasileiro ou instituição de crédito; ou (2) qualquer seguradora, banco ou agência internacional de desenvolvimento e de importação e exportação;

- (e) garantias existentes na data de assinatura desta Escritura de Emissão;
- (f) garantias sobre bens ou ações do capital social de outra entidade no momento em que tal entidade passar a pertencer ao grupo da Emissora e de suas Controladas, desde que tais garantias não se estendam a qualquer outro bem de propriedade de referida entidade;
- (g) garantias sobre bens no momento em que a Emissora ou qualquer de suas Controladas adquiram tal bem, incluindo qualquer aquisição por meio de fusão com, ou incorporação dentro de tal entidade ou de uma controlada de tal entidade, desde que tais garantias não se estendam a qualquer outro bem de propriedade de referida entidade;
- (h) garantias assegurando uma dívida ou outras obrigações de uma subsidiária da Emissora ou de suas Controladas em dívida com uma subsidiária integral da Emissora ou uma Controlada assegurando uma dívida ou outras obrigações da Emissora;
- (i) garantias para cobrir obrigações oriundas de processos judiciais e/ou administrativos;
- (j) garantias em favor de cauções, avais ou cartas de crédito emitidas de acordo com a solicitação da, e para a conta de tal entidade, decorrentes do curso regular dos negócios da Emissora e de suas Controladas;
- (k) garantias assegurando obrigações decorrentes de contratos de *hedge*, não relacionados a propósitos especulativos;
- (l) qualquer garantia estendendo, renovando ou substituindo (ou sucessivas extensões, renovações ou substituições de), no todo ou em parte, qualquer Garantia Permitida, nos termos dos subitens (b), (d), (e), (f) ou (g) acima, desde que tal montante principal garantido não exceda o montante principal da dívida então segurada ao tempo da extensão, renovação ou substituição e desde que tal extensão, renovação ou substituição seja limitada ao todo ou parte do bem

segurado pela garantia então estendida, renovada ou substituída (acrescidas das melhorias sobre tais bens); e

- (m) qualquer garantia não descrita nos subitens (a) a (k) acima, e desde que assegure obrigações e dívidas as quais, excluídas as dívidas seguradas por outras garantias permitidas, não excedam o montante agregado principal equivalente a 15% (quinze por cento) do total do ativo da Emissora com base nas suas mais recentes demonstrações financeiras consolidadas;
- (xi) assunção de qualquer nova dívida que conte com cláusula em que as Garantias Permitidas descritas nesta Escritura de Emissão sejam menos restritivas que as descritas no item (x)(ii) desta Cláusula 5.5.1.1, exceto se a Emissora garantir aos Debenturistas, por meio de aditamento à Escritura de Emissão, os mesmos direitos dos novos credores.

5.5.2 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos itens (i), (ii), (iv), (vi), (viii), (ix) e (x) da Cláusula 5.5.1.1 acima não sanados nos respectivos prazos de cura, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, com a consequente declaração pelo Agente Fiduciário do vencimento antecipado das Debêntures.

5.5.3 Ocorrendo qualquer outros Eventos de Inadimplemento não mencionados na Cláusula 5.5.2 acima, o Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8 abaixo, deverá convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data em que tomar ciência de sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, conforme procedimento previsto na Cláusula 8 abaixo para deliberar sobre o vencimento antecipado das Debêntures. Se, em referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures por qualquer razão que seja, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos da assembleia geral de Debenturistas para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

5.5.4 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar, imediatamente, carta protocolada, ou por "aviso de recebimento" expedido pelo correio, à Emissora, com cópia à CETIP, informando tal evento, para que a Emissora efetue o resgate da totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do valor a ser pago em razão do vencimento antecipado das Debêntures, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a

contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

5.5.5 O valor a ser pago em razão do vencimento antecipado das Debêntures equivale ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e, se for o caso, dos Encargos Moratórios. Conforme operacionalmente necessário, os pagamentos mencionados acima serão realizados fora do ambiente da CETIP.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

- (i) divulgar em sua página na Internet, dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou até 10 (dez) dias após a data de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas e auditadas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
- (ii) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - (a) no mesmo prazo previsto na alínea (i) acima, declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando (a.1) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão, (a.2) a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento; e (a.3) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
 - (b) dentro de 30 (trinta) Dias Úteis após sua realização, cópias de todas as atas de assembleias gerais de acionistas;
 - (c) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento de valor, individual ou agregado, equivalente a, no mínimo, US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), em até 30 (trinta) Dias Úteis após o oferecimento de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção, conforme o caso, acompanhada da respectiva cópia destes;

- (d) informações a respeito de qualquer dos Eventos de Inadimplemento em até 2 (dois) Dias Úteis após tomar conhecimento;
- (e) dentro de 20 (vinte) Dias Úteis (ou em prazo superior, caso assim venha a ser solicitado pela Emissora e venha a ser aprovado pelos Debenturistas reunidos em assembleia geral de Debenturistas), qualquer informação que razoavelmente venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, desde que tal informação seja indispensável para que este último possa cumprir com suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"); e
- (f) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (ii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
- (a) preparar as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
- (c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na Internet e enviar à CETIP as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
- (d) por um prazo de 3 (três) anos contados da respectiva data de divulgação, manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na Internet;

- (c) observar as disposições da Instrução da CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
- (f) divulgar, em sua página na Internet, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário, ao Coordenador Líder e à CETIP; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.
- (iii) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (d) do subitem (iii) acima; e (b) documentos e informações exigidas por esta entidade que sejam razoáveis e necessários para a manutenção do registro das Debêntures e da própria Emissão perante tal entidade no prazo de 1 (um) Dia Útil (se prazo superior não se fizer necessário) a contar do recebimento de notificação nesse sentido;
- (iv) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (v) convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que diretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 abaixo, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos desta Escritura de Emissão, mas não o faça;
- (vi) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (vii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (viii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (ix) não ceder ou de qualquer outra forma transferir qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação;

- (x) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora em até 5 (cinco) Dias Úteis após tomar conhecimento;
- (xi) não pagar dividendos aos seus acionistas além do mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco inteiros por cento) quando ocorrer qualquer hipótese de declaração de vencimento antecipado não curada que envolver um inadimplemento de obrigação de pagar, no que diz respeito à Emissão;
- (xii) manter seus bens adequadamente segurados de acordo com a estratégia da Emissora;
- (xiii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e aos ambientes de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21);
- (xiv) arcar com todos os custos decorrentes (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante e Escriturador; e
- (xv) informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual do Agente Fiduciário, inclusive organograma societário da Emissora, conforme previsto na Instrução CVM 28, em 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou até 10 (dez) dias após a data das divulgações das demonstrações financeiras, o que ocorrer primeiro. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, no encerramento de cada exercício social.
- (xvi) efetuar o recolhimento de todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Emissão;
- (xvii) cumprir substancialmente as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto com relação àquelas que estão sendo contestadas de boa-fé pelos meios legais ou administrativos apropriados;

- (xviii) cumprir e fazer com que suas controladoras, Controladas, coligadas, sociedades sob controle comum ou empregados cumpram as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei Anticorrupção, na medida em que: (a) mantém políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas; (b) dá pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Emissora, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura de Emissão; (c) abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; (d) caso seja citada a prestar esclarecimentos em processos administrativos ou judiciais desde que não corram em segredo de justiça sobre qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicará em até 10 (dez) dias os Debenturistas e o Agente Fiduciário, que poderão tomar todas as providências que entenderem necessárias; e (e) realizará eventuais pagamentos devidos no âmbito da Emissão exclusivamente por meio de transferência bancária;
- (xix) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive destinar os recursos obtidos por meio da Emissão nos termos da Cláusula 3.6.1 acima; e
- (xx) manter todas as autorizações e licenças exigidas para a condução de seus negócios, ressalvado(s) o(s) caso(s) em que a ausência de tais autorizações e licenças (individual ou agregada) não seja razoavelmente considerada como algo que causará um Efeito Adverso Relevante (conforme definido abaixo). Para os fins deste item (xx) desta Cláusula 6.1, "Efeito Adverso Relevante" significa um efeito adverso relevante: (i) nos negócios, condições (financeiras ou de outra forma), operações, desempenho ou propriedades da Emissora; (ii) na capacidade da Emissora de executar suas obrigações relativas à Emissão; ou (iii) nos direitos e/ou medidas e ações da Emissora (estando certo que, no caso de haver algum Efeito Adverso Relevante, deverá ser contabilizada (na medida correspondente) qualquer apólice de seguro, indenizações e reclamações disponíveis e aplicáveis, uma vez consideradas a natureza e o valor, bem como a probabilidade de recuperação desta referida apólice de seguro, indenizações e/ou reclamações).

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 A Emissora constitui e nomeia como agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, acima qualificado, o qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

7.3 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora ou por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.

7.3.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo da distribuição, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.3.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita esta Escritura de Emissão.

Votorantim Cimentos
Divisão Jurídica

7.3.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça e às expensas desta, a inscrição desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência de descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora, às expensas da Emissora, desde que as mesmas sejam comprovadas;

- (ix) solicitar, quando considerar necessário, de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas desta;
- (x) convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9 acima, às expensas da Emissora respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;
- (xi) comparecer à assembleia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
- (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate, amortização do saldo devedor do Valor Nominal Unitário e pagamento de Juros Remuneratórios realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e demais documentos da Emissão;

- (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28. Para tanto, a Emissora deverá disponibilizar cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- (xiii) colocar o relatório de que trata o item (xii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório;
 - (c) na CVM;
 - (d) na CETIP; e
 - (e) na sede do Coordenador Líder;
- (xiv) publicar, nos órgãos da imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no inciso anterior;
- (xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante e o Escriturador, bem como a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

- (xvi) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente nos casos previstos nesta Escritura de Emissão, se aplicável;
- (xvii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, na forma desta Escritura de Emissão, informando prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- (xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (xix) divulgar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, em sua página na Internet e/ou em sua central de atendimento, em cada Dia Útil, o saldo do Valor Nominal Unitário e dos Juros Remuneratórios das Debêntures, conforme calculado pela Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário; e
- (xx) acompanhar junto à Emissora, ao Banco Liquidante e ao Escriturador, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão.

7.5 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) requerer a falência, nos termos previstos na legislação e regulamentação aplicáveis, da Emissora;
- (iii) tomar todas as providências para a realização dos créditos dos Debenturistas; e

- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial e/ou insolvência da Emissora.

7.5.1 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iii) acima se, convocada a assembleia geral de Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (iv) acima.

7.6 Será devido, pela Emissora, ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a uma remuneração anual de R\$8.800,00 (oito mil e oitocentos reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após a assinatura desta Escritura de Emissão, e os demais pagamentos, nas mesmas datas dos anos subsequentes. A primeira parcela será devida ainda que a Emissão não seja integralizada, a título de estruturação e implantação.

7.6.1 A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (iv) IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte); (v) CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas respectivas datas de pagamento.

7.6.2 A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos das Cláusulas 7.6 a 7.6.3 acima serão atualizadas pelo Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M/FGV”), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário e caso aplicável.

7.6.3 A remuneração não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, em valores razoáveis de mercado e devidamente comprovadas, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas cobranças acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após prévia aprovação, sempre que possível, quais sejam: publicações em geral, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à Emissão, notificações, extração de certidões despesas cartorárias, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, alimentação e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas

7.6.4 Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, correspondem a depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência

7.6.5 Em caso de mora no pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.7 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.7.1 O ressarcimento a que se refere à Cláusula 7.7 acima será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.7.2 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou (ii) relacionados ao cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, somente serão válidas mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em assembleia geral de Debenturistas.

7.7.3 Nenhuma atribuição ou obrigação tácita será interpretada nesta Escritura de Emissão contra o Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário não será obrigado e/ou vinculado pelas disposições de qualquer outro contrato no qual o Agente Fiduciário não figure como parte e/ou interveniente.

7.7.4 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que

permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

7.7.5 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo desta Escritura de Emissão, da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido desta Escritura de Emissão e da legislação aplicável.

8. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

8.2 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 4.9 acima, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação e respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.

8.3 As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.

8.3.1 Para efeito da constituição de quórum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula 8, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau e respectivos cônjuges desses diretores, conselheiros ou parentes até segundo grau.

8.4 As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

8.5 A presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora será obrigatória. Nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, exceto quando for solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

8.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembleia geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7 A presidência da assembleia geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8 Nas deliberações da assembleia geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma previsto nesta Escritura de Emissão e nas hipóteses de alteração da redação das Cláusulas 4.1.3, 4.5, 4.7, 5.2 e 5.5 acima, as quais dependerão da aprovação de 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

8.8.1 A alteração de quórum qualificado previsto na presente Escritura de Emissão dependerá da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

8.8.1.1 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observado o quórum para tanto estabelecido nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à assembleia geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva assembleia geral de Debenturistas.

8.9 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 O Agente Fiduciário declara, ainda, que:

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (iii) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculante e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto;
- (v) sob as penas da lei, não tem nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e no artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (vi) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (vii) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (viii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (ix) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (x) na data de celebração desta Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (a) terceira emissão de debêntures simples da Votorantim Industrial S.A., não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, sem garantia real ou fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor de R\$550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), na data de emissão, qual seja, 29 de maio de 2015, representada por 55.000 (cinquenta e cinco mil) debêntures, com prazo de vencimento em 29 de maio de 2022, não tendo ocorrido, até a data de celebração desta Escritura de Emissão, qualquer evento de resgate, amortização, conversão,

- (xi) tendo em vista o disposto no inciso (x) acima, assegurará tratamento equitativo a todos os Debenturistas e a todos os titulares das debêntures a que se refere o inciso (x) acima;
- (xii) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções
- (xiii) está ciente da regulamentação aplicável emanada pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, incluindo a Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (xiv) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente; e
- (xv) aceita a obrigação de acompanhar a ocorrência dos Eventos de Inadimplemento descritos na Cláusula 5.5.1 desta Escritura de Emissão.

10.

DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1

A Emissora declara e garante que:

- (i) é sociedade por ações sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil e dos demais países em que a Emissora possui filiais ou escritórios de representação, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição e os demais documentos da Oferta, bem como a cumprir com todas as obrigações previstas nestes documentos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição, dos demais documentos da Oferta e o cumprimento das obrigações previstas nestes documentos não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e dos demais documentos da Oferta têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (v) a celebração da Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam seu estatuto social, qualquer disposição legal, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; ou (d) violação de qualquer lei aplicável, estatuto, regra, sentença, regulamentação, ordem, mandado, decreto judicial ou decisão de qualquer tribunal, nacional ou estrangeiro;
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura de Emissão na JUCESP, o arquivamento da ata da AGE na

JUCESP e suas respectivas publicações no DOU e no jornal "O Dia" e o depósito das Debêntures na CETIP;

- (vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- (viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (ix) manterá os seus bens adequadamente segurados de acordo com a estratégia da Emissora;
- (x) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (xi) tem plena ciência e concorda integralmente com as disposições desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição, em especial, porém não se limitando, a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade;
- (xii) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 30 de setembro de 2016 são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquela data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;
- (xiii) desde as demonstrações financeiras datadas de 30 de setembro de 2016, a Emissora não tem conhecimento de nenhum Efeito Adverso Relevante;
- (xiv) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.6 acima;
- (xv) (a) cumpre substancialmente todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações (inclusive ambientais e trabalhistas) dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais e (b) possui todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais e trabalhistas) aplicáveis à condução de seus negócios em qualquer

jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos e que sejam relevantes para a execução de suas atividades, salvo nos casos em que eventual descumprimento não possa gerar um Efeito Adverso Relevante;

- (xvi) declarou e pagou todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, exceto os tributos e contribuições previdenciárias que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais a Emissora, conforme o caso, tenha feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e/ou cuja falta de pagamento não possa gerar um Efeito Adverso Relevante;
- (xvii) cumpre e faz com que suas controladoras, Controladas, coligadas, sociedades sob controle comum ou empregados cumpram as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei Anticorrupção, na medida em que: (a) mantém políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas; (b) dá pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Emissora, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura de Emissão; e (c) abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; e
- (xviii) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures.

10.1.1 A Emissora obriga-se a notificar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento, o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima seja falsa e/ou incorreta em qualquer das datas em que foi prestada.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora:

Votorantim Cimentos S.A.

Rua Gomes de Carvalho 1996, 12º andar
04547-006, São Paulo, SP
At.: Sra. Maria Gabriela de Carvalho Woge
Telefone: (11) 4572-4310
Fac-símile: (11) 4572-4000
Correio Eletrônico: gabriela.woge@vcimentos.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304
22640-102, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro, Sra. Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco
Aurélio Ferreira
Telefone: (21) 3385-4565
Fac-símile: (21) 3385-4046
Correio Eletrônico: operacional@pentagonotrustee.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados
Alameda Xingú, 350, 1º andar - Alphaville
06455-030, Barueri, SP
At.: Superintendência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3115-1564
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

11.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, por telegrama enviado aos endereços acima, bem como por correio eletrônico.

11.1.3 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente).

11.1.4 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as Partes pela Emissora.

12.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 22 de dezembro de 2016.

(As assinaturas seguem na página seguinte.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 9ª (Nona) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Votorantim Cimentos S.A.)

Maria Gabriela de Carvalho Woge

Por: **Maria Gabriela de Carvalho Woge**
Cargo: CPF 308.513.548-07

VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

Wellington de Paula Oliveira

Por: **Wellington de Paula Oliveira**
Cargo: Gerente de Captações e Riscos de Mercado

Nilsimara Oliveira Kojo Ferrelra

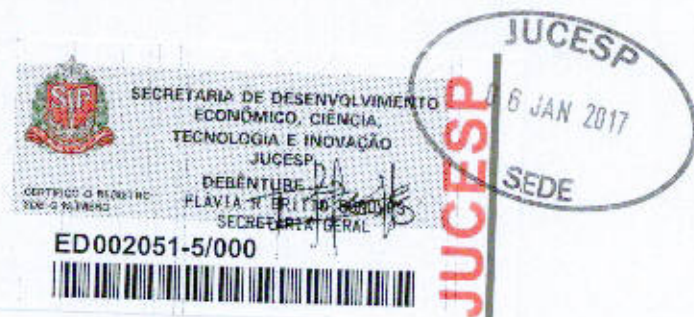
Por: **Nilsimara Oliveira Kojo Ferrelra**
Cargo: Procuradora

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Testemunhas:

1. *Louise Bartholomae de Oliveira*
Nome: **Louise Bartholomae de Oliveira**
RG: **MG 7884165**

2. *Thalita de Carvalho*
Nome: **THALITA DE CARVALHO**
RG: **MG - 16 301 930**



TEXT_SP - 12566481v1 6701.27 47

W
Votorantim Cimentos
Divisão Jurídica